

MORTES

Inquérito da Estrutural vai para a Corregedoria

DIÁRIO DE SÃO PAULO

20 OUT 1998

O diretor-geral da Polícia Civil, Rosalvo Gomes de Oliveira, determinou que as apurações sobre as mortes de duas pessoas e a tentativa de assassinato de uma terceira, na Invasão da Estrutural, sejam feitas pela Corregedoria de Polícia Civil. Até a última sexta-feira, os três inquéritos que investigavam os crimes estavam sob a responsabilidade do delegado-chefe da 3ª Delegacia de Polícia (Cruzeiro), Durval Barbosa.

Na semana passada, Barbosa indicou o comandante-geral, Daniel Souza Pinto, cinco oficiais e um cabo da PM pelos crimes de homicídio e tentativa de homicídio qualificado, por motivo torpe e sem dar chance de defesa às vítimas.

Segundo Durval, a tentativa de assassinato de Roberto José dos Reis filho, o Azul, e as mortes de Luciano Pires de Aquino e Milton de Sá, todos moradores da Estrutural, foram obra de "policiais militares impregnados pelo vil sentimento de vingança" pela morte do soldado Rubens Gomes de Farias.

O soldado foi assassinado com um tiro na cabeça durante uma operação de desarmamento e apreensão de drogas na invasão, a *Operação Tornado*, na noite de 6 de agosto. Dois dias depois, a PM voltou à Estrutural para nova operação de desarmamento. Na mesma semana, Luciano e Milton apareceram mortos com tiros na cabeça.

O diretor-geral da Polícia Civil reconheceu que as investigações estavam sendo bem realizadas por policiais da 3ª DP, mas justificou a transferência dos inquéritos para a corregedoria sob alegação de que "crimes de repercussão que envolvem personalidades devem ser enviados para aquele órgão". Ele referia-se ao comandante-geral da PM. "Os inquéritos tramitarão normalmente. O que já foi apurado continuará dentro dos inquéritos. Vamos prosseguir com as investigações", garantiu.

Para o secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, a transferência vai "evitar que haja variáveis políticas na apuração dos crimes". "Na corregedoria haverá mais isenção nas investigações", diz.

O delegado Durval Barbosa afirmou que a direção da Polícia Civil transferiu os inquéritos para a corregedoria porque envolviam questões institucionais, uma vez que os indiciados eram oficiais da PM.

Além das apurações da Polícia Civil, as mortes da Estrutural estão sendo investigadas em inquérito policial militar (IPM). Instaurado há 35 dias, o IPM está sob a responsabilidade do coronel Celso Deolindo.

Deolindo, que deveria concluir as investigações em seis dias, vai pedir mais 20 para terminá-la. Ele sustenta que está tendo dificuldade em ouvir testemunhas civis do caso, que teriam receio em depor por temer represálias da PM.

O coronel afirma que poderá pedir o encerramento do IPM caso descubra, no decorrer das investigações, indícios da participação de um oficial com posto superior ao dele nos crimes da invasão da Estrutural. "Na PM temos hierarquia. Não posso, por exemplo, indiciar o comandante-geral", diz. Segundo Deolindo, num caso como este, as apurações passariam para um oficial mais antigo, ainda que fosse da reserva.